

O circuito espacial de produção como instrumento de análise para o desenvolvimento regional: caso da farinha de mandioca

Eubia Andréa Rodrigues¹

Resumo

O presente artigo faz uma abordagem sobre o desenvolvimento regional a partir do circuito espacial de produção da farinha de mandioca, com base em uma análise comparativa entre áreas produtoras que alcançaram um mercado mais amplo se comparado com o mercado do médio Solimões. Para a teorização deste artigo buscou-se uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento Regional, agricultura familiar, políticas públicas e circuito espacial de produção. Para o desenvolvimento da pesquisa foi necessário recorrer as bases bibliográficas, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que permitiu a organização de tabelas comparativas a partir dos dados encontrados sobre a questão. O trabalho de campo nas roças e no comércio da cidade de Tefé viabilizou identificar os anseios e as angústias dos agricultores familiares. Esses três momentos desenharam o percurso metodológico da pesquisa, sendo esta de caráter quali-quantitativo, com uma característica empírica, permitindo, uma aproximação entre sujeito e objeto, para a identificação de um possível desenvolvimento regional no médio Solimões a partir do circuito espacial de produção da farinha de mandioca.

Palavras chaves: Desenvolvimento regional, políticas públicas, agricultura familiar, circuito espacial de produção, farinha de mandioca.

Introdução

O que se pretende discutir são as consequências em função da entrada do capital monopolista, no interior da Amazônia brasileira, precisamente, no espaço rural a partir do circuito espacial da farinha de mandioca que, de acordo com Josué de Castro (1984), é um complemento da base alimentar do homem amazônico, portanto o seu consumo proporciona uma demanda produtiva que vai desde o pequeno camponês ao empresário, no Médio Solimões.

Desta forma, o estudo do circuito espacial de produção da farinha de mandioca é necessário por expor as etapas do processo de produção, circulação, distribuição e consumo, voltados para uma formação econômica espacial, analisando sociedade/natureza, além de analisar a disposição da força de trabalho impressa no circuito para o entendimento do modo de vida como um demarcador territorial com diferentes dinâmicas espaciais, estando esta força relacionada ao agricultor familiar.

¹ Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia. Membro do grupo de pesquisa Gestão de Território e Geografia Agrária da Amazônia. E-mail: eandrea@uea.edu.br

Portanto, um dos objetivos da pesquisa foi identificar o sujeito produtor da farinha de mandioca e seu comportamento frente as relações capitalistas de produção. Desta forma foi necessário fazer uma investigação em áreas distintas da Amazônia para identificar contradições e semelhanças no circuito espacial da produção de farinha de mandioca.

Para esta análise comparativa definiu-se a produção de farinha de Cruzeiro do Sul-AC e a produção de Santarém-PA, considerando estas duas áreas as maiores produções da região. Como conclusão, por meio do circuito espacial de produção a abordagem multidisciplinar apresentou-se como adequada, permitiu a integração de diversas áreas do conhecimento que se entrecruzaram na lógica de fundamentar a valoração e valorização da produção, tendo o modo de vida como elemento balizador do desenvolvimento regional. “Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica e específica ao território” (OLIVEIRA, p.74, 2007).

O presente artigo faz uma abordagem sobre o desenvolvimento regional a partir do circuito espacial de produção da farinha de mandioca, com base em uma análise comparativa entre áreas produtoras que alcançaram um mercado mais amplo se comparado com o mercado do médio Solimões. Para a teorização deste artigo buscou-se uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento Regional, agricultura familiar, políticas públicas e circuito espacial de produção. Conceitos de fundamental importância para entender como planejar a economia de uma microrregião como o médio Solimões e que norteiam o discurso.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi necessário recorrer as bases bibliográficas para uma descrição, sucinta, dos conceitos utilizados, como pontos importantes para entender porque que a produção de farinha de mandioca, no médio Solimões, não alcança uma projeção em uma escala maior, comparada as áreas da análise comparativa. Outra base de fundamental importância foi a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que permitiu a organização de tabelas comparativas a partir dos dados encontrados sobre a questão. O trabalho de campo nas roças e no comércio da cidade de Tefé viabilizou identificar os anseios e as angústias dos agricultores familiares, no circuito espacial de produção da farinha de mandioca. Esses três momentos desenham o percurso metodológico da pesquisa, sendo esta de caráter

quali-quantitativo, com uma característica empírica, permitindo, uma aproximação entre sujeito e objeto.

Este artigo se estrutura em três principais pontos. Primeiro, é o discurso teórico sobre as categorias e conceitos definidos para fundamentar a pesquisa e dar um caráter científico para a atividade. O segundo ponto refere-se a uma pequena descrição geográfica das áreas escolhidas para a realização da análise comparativa (Tefé, Santarém, e Cruzeiro do Sul). E por último os resultados com as conclusões.

Discutindo os conceitos

Desenvolvimento Regional

Sabe-se que o desenvolvimento regional é um conceito muito complexo de se discutir, quando à nível de Brasil, os estudos regionais aparecem em meados do século XX com maior intensidade em decorrência de propor um planejamento para a economia nacional, um planejamento que viabilizasse o desenvolvimento regional/nacional.

Neste sentido é necessário um discurso sobre regionalização do território, sendo este um conceito que deriva de região. Na perspectiva de região pode-se pensar como uma categoria da ciência geográfica, que no Brasil se pautou na escola francesa em que é inquestionável a concepção regional.

A intensão desta proposta não é se aprofundar no discurso sobre a categoria região, mas compreender esta categoria dentro da perspectiva de desenvolvimento regional, como salienta Monteiro Neto (2005, p.22), em se tratando de Brasil, “a questão regional brasileira tem sido amplamente analisada à luz de diferentes contextos socioeconômicos e institucionais nas últimas décadas, bem como sob a influência de diferentes arcabouços metodológicos”. Portanto, não tem como desvincular o desenvolvimento regional do fator econômico, que na maioria das vezes, subentende-se desenvolvimento como sinônimo de crescimento.

No Brasil este tema vem sendo discutido desde a década de 1950, momento em que o país vem engatinhando no processo de industrialização, na região Sudeste, centro econômico e político do país, vinculado a uma “economia de arquipélago”, descrita por Caio Prado Junior. Neste período o Brasil vai se direcionando de uma economia agroexportadora para uma economia de importação industrial. Desta forma é necessário

entender o contexto regional em que o Brasil se encontrava. Porque não se pode definir região somente a partir de seu caráter político, é conveniente entender esta categoria como um conceito construído em função de significados e natureza. Há toda uma articulação de fatores que promovem o conceito regional.

A presente proposta apresenta o discurso de região pautada em uma abordagem da “modernidade radicalizada” (GIDDENS, 1991), onde o Estado não tem decisão determinante na configuração espacial com bases em critérios padronizados, a categoria se fortalece a partir da articulação e complexidade de um espaço (local, regional, global) mais coeso, como afirma Lecione (1999, p. 127) “a partir de uma construção mental do pesquisador, sendo uma construção intelectual”. Deve-se pensar região como um espaço coeso, regional e funcionalmente que, segundo Milton Santos, identificado “pelos fluxos econômicos, que mesmo podendo desenvolver relações diretamente de nível local ao global, ainda tem laços com contextos regionais ou de meso escala”(1999).

A categoria região caracteriza a estrutura organizacional do espaço da área em estudo, uma vez que vai se transformando em decorrência da utilização do solo e das relações de produção existente. Isso explica as diferentes áreas que compõem o espaço brasileiro. Portanto, deve-se pensar a regionalização brasileira a partir de suas particularidades ambientais, sociais, culturais e econômicas, nesta análise viabiliza-se o que se pode descrever como desenvolvimento regional.

O desenvolvimento regional brasileiro vem sendo moldado desde fins de meados de 1950 quando foram criadas políticas públicas que apresentavam uma visão de desenvolvimento regional, com base em planos e programas. Para exemplificar cita-se aqui a SEDENE/SUDAM/SUDECO, que posteriormente foram se desmontando a partir de uma nova política através do PNDR (2000) , que também apresentou falhas em sua execução.

Como pensar o desenvolvimento regional para a Amazônia, sendo esta região caracterizada como multifacetada, segundo Porto Gonçalves em Amazônia, Amazônias? É necessário um estudo particularizado que mostra uma análise diferenciada em todas as dimensões, em lugares diversos que requer uma compreensão comportamental dos diferentes sujeitos. Um estudo em uma micro escala permite entender que a aplicabilidade de um plano de desenvolvimento regional requer uma orientação metodológica mais específica. Veja como exemplo a Amazônia, que dentro de um

contexto regional aparece como uma região com características humanas e naturais comuns, em toda sua dimensão, mas quando se analisa suas particularidades percebe-se as várias Amazôniaas (do agronegócio, da agricultura familiar, da várzea, da terra firma, do caboclo ribeirinho, do indígena, etc.). Como elaborar um plano de desenvolvimento regional sem analisar as especificidades da Amazônia?

Pensar em desenvolvimento regional para o Brasil é entender o espaço brasileiro em suas diferentes nuances, para não se cometer os mesmos erros do passado. Dentro destas particularidades espaciais pode-se pensar na atuação dos diferentes sujeitos que (re) produzem o espaço. No contexto amazônico está o produtor de farinha de mandioca que aqui será identificado como agricultor familiar. Este sujeito desenha a economia brasileira debruçada no que se denomina de agricultura familiar.

Agricultura familiar e políticas públicas

Tem-se diferentes formas conceituais sobre o agricultor familiar, essas diferentes formas tem um contexto histórico, econômico e geográfico onde há a necessidade de um intenso discurso sobre a categoria, que não é objetivo deste trabalho, mas é necessário identificar este sujeito no circuito espacial de produção de farinha de mandioca, para analisar seu modo de vida e como este se relaciona ao desenvolvimento regional, uma vez que este caracteriza a economia agrária da região.

Alguns teóricos nos proporcionam um entendimento sobre o conceito de agricultura familiar e se dividem quanto à aplicação da prática capitalista nesta classe. Há os que defendem que essa classe desaparecerá com a intensificação das práticas capitalistas no campo, como Kautsky (1972), Lênin (1985) que defendem o fim do campesinato. Mas existem aqueles que defendem a permanência, acreditando em uma transformação na base de produção, como Chayanov (1974) e Ploeg (2006). Porém, existem autores brasileiros que defendem a permanência da agricultura familiar, como Wanderley (1995), Schneider (1999) José de Souza Martins, Ariovaldo Umbelino de Oliveira(2001) que acreditam em uma equidade social e econômica.

Nesta proposta o conceito está ligado diretamente, à Política Nacional de Agricultura Familiar, institucionalizada como um modelo de geração de desenvolvimento rural.

A Política Nacional de Agricultura Familiar foi instituída por meio da Lei de Nº 11.326/2006 que estabelece um conjunto de diretrizes, conceitos, princípios e instrumentos que possibilitaram uma definição mais clara de quem são e quais são os requisitos a serem considerados para determinar os beneficiários das políticas públicas destinadas à agricultura familiar (CURSO 4 - POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR. 2018, p. 15)

A instituição desta lei foi de suma importância para a inclusão do agricultor familiar nas políticas públicas brasileiras, onde busca acesso à diversos programas que fomentam a produção familiar, dentro de qualquer segmento do circuito espacial de produção.

Esta política foi regulamentada, propiciando uma definição ainda mais objetiva sobre os beneficiários das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, por meio do estabelecimento de parâmetros quantificáveis sobre os requisitos de enquadramento das disposições sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária e da instituição do Cadastro Nacional de Agricultura Familiar (CAF).

O discurso sobre agricultura familiar aqui, será pautado na Política Nacional de Agricultura Familiar instituído pelo Decreto 9.064/2017, em que a agricultura familiar está vinculada a Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), proporcionando à compreensão dos parâmetros que dão acesso as políticas públicas para a agricultura familiar.

Portanto, a Unidade Familiar de Produção Agrária é:

O conjunto de indivíduos composto por uma família que explora uma combinação de fatores de produção com a finalidade de atender sua subsistência, bem como a demanda da sociedade por alimentos e outros bens e serviços, e que resida no próprio estabelecimento, que desenvolve as atividades ou em local próximo a ele. (BRASIL, 2017, art. 2º, inciso I).

Dentro da Política Nacional de Agricultura Familiar é importante destacar que as configurações de organização da agricultura familiar não envolve somente o agricultor, como pessoa física, envolve o formato de Pessoa Jurídica. Desta forma, um conjunto de unidades familiares podem formar uma associação e fortalecer o grupo frente às amarras capitalistas. Percebe-se que esta classe é amparada por um conjunto de medidas, quando bem usadas, promovem a permanência do agricultor familiar no mercado, seja em

grande escala como em micro escala. Direcionando todo um mecanismo de acesso a um capital disponibilizado pelo governo federal. Não se pode pensar que a acessibilidade é fácil, ou seja, o agricultor familiar necessita se inserir num conjunto de exigências, que na maioria das vezes promove um recuo por causa das questões burocráticas estabelecidas.

A Política Nacional da Agricultura Familiar tem incentivado o desenvolvimento desta classe por meio de créditos e ações que promovam uma maior produção e direção a um mercado mais amplo e diverso, além da busca pela sustentabilidade. Mas o que se percebe é uma burocratização e a falta de organização da classe tem promovido um descaso por parte do agricultor familiar, o que caracteriza a região do médio Solimões, com destaque no circuito espacial de produção da farinha de mandioca. O circuito espacial de produção, quando analisado, permite entender todo o processo de produção para se verificar onde se encontram os acertos e os erros. Desta forma, é necessário recorrer aos discursos miltonianos, sendo mais geográfico, para não confundir com o conceito de cadeia produtiva, que tem uma conotação voltada para a ciência geográfica.

Circuito espacial de produção

Segundo Santos (1997, p.17) circuitos espaciais de produção, seriam as várias etapas pelas quais se passaria um produto, dizendo o autor que ocorre desde o início do processo de produção até o consumo final.

Tomando como exemplo a produção da farinha de mandioca, inicia-se com a prática da queimada em uma determinada área, de capoeira ou não, depois a limpeza para a plantação da maniva, passando pela colheita dos tubérculos de mandioca, sendo direcionados para o igarapé ou piscinas para o amolecimento, depois pela torrefação, até chegar ao consumidor através das feiras agrícolas e supermercados.

Para Santos:

Teríamos que observar, então, vários itens distintos, assim, sobre a matéria-prima - local de origem, formas de seu transporte, tipo de veículo transportador etc.; sobre a mão-de-obra - qualificação, origem, variação das necessidades nos diferentes momentos da produção etc.; sobre estocagem - quantidade e qualidade dos armazéns, dos silos, proximidade da indústria, relação entre estocagem e produção etc.; sobre transportes - qualidade, quantidade e diversidade das vias de

transportes, dos meios de transporte etc.; sobra a comercialização - existência ou não de monopólio de compra, formas de pagamento, taxaço de impostos etc.; sobre o consumo - quem consome, onde, tipo de consumo, se produtivo ou consumitivo etc. (1997, p. 18).

Para iniciarmos uma discussão sobre circuitos espaciais de produção, no campo, há a necessidade de entender como se processa a agricultura que, juntamente com a pecuária, segundo Hespanhol (2007), a mais importante atividade do interior do Brasil e, que necessita ser repensada as políticas públicas emergenciais, uma vez que o campo, atualmente, tem passado por transformações sociais, econômicas e populacionais, se tornando um espaço um tanto dinâmico. Porém, é importante destacar que esse dinamismo não é visível em todo o território nacional, visto que na Amazônia, particularmente no Médio Solimões, não se percebe uma transformação tão intensa. O que se observa é uma prática vinculada a uma estrutura agrária mais tradicional assentada na agricultura familiar. É perceptível as transformações, mas de maneira incipiente, uma vez que seguindo a discussão de Hespanhol (2007), as áreas rurais não apresentam um desenvolvimento expressivo, poucos são os investimentos do Estado se comparado ao agronegócio.

Com uma grande heterogeneidade no espaço rural brasileiro e a expansão do agronegócio, como ficará o agricultor familiar, na região? Será obrigado a migrar para as cidades-sedes ou se tornará assalariado do agronegócio? Partindo destes questionamentos, é fundamental discutir o circuito espacial de produção para analisar o espaço agrário no Médio Solimões, considerando que este relaciona-se às diferentes atividades dentro de uma unidade, uma atividade está intimamente ligada a outra, considerando que para que se tenha produção, deve-se pensar no consumo e sem consumo não tem produção, uma vez que são etapas iniciais e finais no circuito espacial de produção.

Para se entender o circuito é necessário compreender o entrecruzamento espacial de todas as ações envolvidas no processo que para Santos (2008, p.56). Neste sentido, “a divisão territorial do trabalho, ao mesmo tempo em que promove uma dispersão geográfica da atividade produtiva, fornece forças de concentração” (ARROYO, 2012), a rede se organiza e se estabelece com mais coesão.

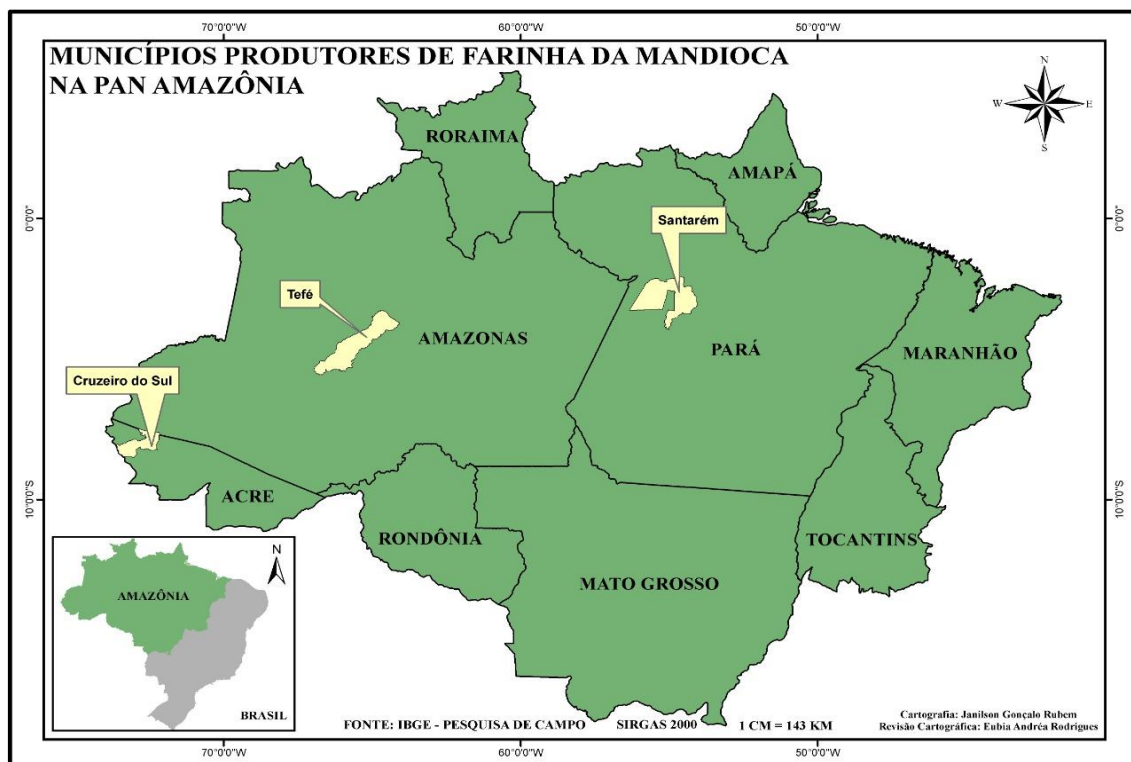
Diante disto, identificar as concentrações e as dispersões de lugares que envolvem um circuito espacial de produção, ainda mais numa economia global contemporânea é muito difícil, mas necessário, pois determinando os sujeitos

(sujeitantes e sujeitos) ligados entre si em toda a economia, é possível revelar a distribuição desigual de valores e benefícios de desenvolvimento econômico associado, entre as diferentes etapas ao longo do circuito espacial de produção.

Os conceitos acima descritos viabilizam uma análise sobre a economia agrária do médio Solimões, com base no circuito espacial de produção da farinha de mandioca, permitindo uma verificação sobre o planejamento para o desenvolvimento regional. Partindo deste discurso é necessário o reconhecimento da área de estudo, seja o campo propriamente dito ou as duas áreas comparativas, que permitem identificar ou não o desenvolvimento regional.

Caracterização das áreas da pesquisa.

A pesquisa se desenvolveu no município de Tefé, no Amazonas, além das duas áreas comparativas, a cidade de Cruzeiro do Sul, no Acre e, Santarém, no Pará (Figura 1) que serviram de análise a partir da quantidade de produção, valor da produção, área plantada, área colhida e rendimento médio. Critérios que permitiram identificar os elementos que corroboram a falta de um planejamento para o desenvolvimento regional, no centro amazonense.



Tefé (AM)

A situação geográfica do município de Tefé hoje, compreende a área localizada entre as coordenadas geográficas 03°15'39" a 05°34'22" Sul e 64°04'12" a 68°58'32" oeste de Greenwich, possuindo uma extensão territorial de 23.704km², tendo sua área urbana localizada à margem direita da foz represada do Rio Tefé, que deságua no lago com o mesmo nome, limitando sua porção oeste, noroeste e norte (SILVA, 2009).

No processo de organização hierarquizada, na estruturação urbana, percebe-se que a cidade é uma área de atração do capital industrial, fazendo surgir uma sociedade totalmente desigual ou diferenciada, mas com a conexão através dos fluxos comerciais e de pessoas, por vias fluvial, aérea e terrestre, permitindo a integração dos diferentes espaços, favorecendo uma tipologia também diferenciada, no recorte espacial regional. Portanto, se Tefé consolidou sua função de “entreposto comercial”, aliado a outras variáveis institucionais, cabe então a denominação de “cidade média de responsabilidade territorial”, que segundo Schor e Costa, “é detentora de arranjos institucionais importantes entre si e para as cidades ao seu redor, cuja importância decorre do valor agregado pelo desenvolvimento histórico-geográfico da rede urbana” (2011) reprodução socioeconômica do espaço tefeense. Para a compreensão da função econômica que Tefé exerce hoje, na região do Médio Solimões, é necessário entender como se desenvolveu e desenvolve a articulação entre os diferentes lugares que compõem esta área, considerando que as transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas, sempre privilegiaram Tefé em decorrência de sua história econômica e política.

É viável fazer uma caracterização geográfica, dando prioridade a atividade comercial, com base nas orientações e procedimentos das instituições de pesquisas (IBGE, ReCiMe, NEPECAB), além das pesquisas in loco, para a realização de uma análise consistente. Este capítulo prioriza um estudo mais aprofundado da caracterização comercial de Tefé atual, relacionando-o com os dados e pesquisas históricas para, posteriormente, defender a proposta da tipificação urbana para o Amazonas, estabelecida pelos pesquisadores do NEPECAB, uma vez que o núcleo a tipificou de “cidade média de responsabilidade territorial” (SCHOR, 2008). A situação geográfica do município de Tefé hoje, compreende a área localizada entre as coordenadas geográficas 03°15'39" a 05°34'22" Sul e 64°04'12" a 68°58'32" oeste de

Greenwich, possuindo uma extensão territorial de 23.704km², tendo sua área urbana localizada à margem direita da foz represada do Rio Tefé, que deságua no lago com o mesmo nome, limitando sua porção oeste, noroeste e norte (SILVA, 2009).

Considerando sua localização no centro amazonense (Figura 1), sua articulação é limitada pelos transportes fluvial e aéreo, que proporcionam uma integração coesa entre as diferentes cidades da região do Médio Solimões, uma vez que a caracterização hidrográfica da região particulariza-a. Sua hidrografia permite uma aproximação entre as cidades, sendo fortalecida pelo processo de urbanização que promove um dinamismo constante entre os lugares. Segundo Silva (2009, apud EMBRAPA, 1999):

A hidrografia do município merece destaque, uma vez que este sistema, em conjunto com o aeroporto, é responsável pela integração de Tefé ao resto do Estado. Ao norte o município é banhado pelo rio Solimões e a noroeste pelo rio Tefé, acidente geográfico conhecido como lago de Tefé. Além deste sistema de drenagem principal, a área que constitui a planície de inundação é formada por vários furos que permitem intercomunicação com o rio Solimões, facilitando o tráfego de pequenas e médias embarcações. Observa-se o desenvolvimento de uma pequena rede de drenagem dentrítica e subdentrítica sobre os interflúvios tabulares.

Embora o transporte fluvial e aéreo priorize o fluxo interurbano, o terrestre corrobora com a articulação interna, considerando que o espaço urbano também é ligado ao rural por via terrestre. Para explicar este fato tomemos como exemplo as comunidades rurais localizadas a sudoeste da cidade, ao longo das estradas da Agrovila e EMADE (Comunidade da Vila da EMADE, Comunidade da Agrovila, Comunidade do Maranata, Comunidade do Pavão e Comunidade de São Francisco).

Cruzeiro do Sul (AC)

É um município do estado do Acre, sendo o mais importante pólo econômico do interior do estado, fundado em 1904, quando sede do departamento do Alto Juruá foi transferida para Cruzeiro do Sul, situa-se na Região Geográfica Intermediária de Cruzeiro do Sul e Região Geográfica Imediata de Cruzeiro do Sul. A área do município é de 7 924,94 km² e a área urbana é de 24,794 km². Faz divisa com o estado do Amazonas (norte); o município de Porto Walter (ao sul); com Tarauacá (a leste) e com os municípios de Mâncio Lima, Rodrigues Alves e com o Peru (a oeste).

Cruzeiro do Sul é o segundo município mais populoso do estado, com uma população de 87 673 habitantes de acordo com estimativas de 2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O município é o segundo mais populoso do estado e o 33º da região Norte do Brasil. Apresenta uma densidade populacional de 11,06 habitantes por km². Segundo o censo de 2000, 50,14% da população urbana são homens e 49,86% mulheres, e 72,17% da população vive na zona urbana e 27,83% vive na zona rural.^[23] Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, a população de Rio Branco equivale a 0,05% da população nacional.

Tem a farinha como o principal produto da atividade econômica municipal, sendo uma das melhores da região e muito apreciada no sul do país. Nos últimos anos as atividades econômicas do município estão voltadas para atividades extrativistas, de agronegócios que visam produzir e comercializar bens e serviços. Estas atividades econômicas são fundamentais para o desenvolvimento sustentável da região e do homem que há décadas tenta sobreviver nesta parte remota do país e através delas as pessoas podem obter as coisas que precisam para a sua vida.

Santarém(PA)

Santarém localiza-se na Mesorregião do Baixo Amazonas, na margem direita do Rio Tapajós, sendo a terceira maior cidade do estado do Pará e o principal centro socioeconômico do oeste do estado, porque oferece melhor infraestrutura econômica e social (como escolas, hospitais, universidades, estradas, portos, aeroportos, comunicações, indústria e comércio e etc) e possui um setor de serviços mais desenvolvido. Possui uma área de 22 887,080 km², sendo que 77 km² estão em perímetro urbano, é um município brasileiro do Pará, o terceiro mais populoso do estado, atrás somente da capital, Belém e Ananindeua, sendo o principal centro urbano, financeiro, comercial e cultural do oeste do estado.

Atualmente a economia de Santarém está assentada nos setores de comércio e serviços, no ecoturismo, nas indústrias de beneficiamento (madeira, movelarias, olarias, panificadoras, agroindústrias, beneficiamento de peixe etc.) e no setor agropecuário, que segundo o IDESP, na sua pesquisa sobre o Produto Interno Bruto dos municípios em 2008, destacou-se como maior produtor de arroz e soja do estado do Pará e como terceiro maior produtor de mandioca do estado e o quarto do Brasil.

Atualmente a agricultura familiar é o seguimento responsável pelo abastecimento de parte considerável dos produtos que chegam à mesa dos consumidores, considerando, por isso, de grande relevância para Santarém. As principais culturas cultivadas pela agricultura familiar são, verduras e legumes, as culturas do milho, mandioca, arroz, feijão, coco, banana, café, laranja, limão, maracujá, melancia, fibra de curauá, pimenta do reino, tomate, tangerina, urucu, polpas de frutas, produção de açaí e castanha do Pará. Destacam-se ainda os produtos medicinais e aqueles voltados para a indústria de cosméticos, cumaru, óleo de copaíba, andiroba, mel de abelhas, leite de Amapá, sucuba, jenipapo etc.

Os três municípios apresentam uma característica econômica agroextrativista, mas a produção de Tefé, em relação a agricultura familiar e a agricultura empresarial é insuficiente se comparada a dos dois municípios analisados, considerando que Cruzeiro do Sul tem a farinha de mandioca como seu principal produto de atividade econômica e, Santarém tem uma diversidade de produtos que abastecem o mercado local e nacional, dentro do seguimento agrícola a produção de farinha de mandioca, não é o única.

Discussão dos resultados

No processo de construção do objeto de estudo definiu-se como participantes da pesquisa, agricultores familiares, cooperado, feirantes e consumidores. O critério de seleção destes participantes voltou-se para a relação que existe entre eles e o objeto de pesquisa. No delineamento do processo de investigação foi necessária a elaboração de um plano de pesquisa que contemplasse os procedimentos para a coleta e análise dos dados. Aqui são apresentados os procedimentos que nortearam a pesquisa:

a) Levantamento bibliográfico: com objetivo construir o embasamento teórico do tema trabalhado. Esse momento teve como finalidade utilizar-se de “dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. [...] O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores, dos estudos analíticos constantes dos textos” (SEVERINO, 2007, p.122); **b)Análise documental:** 1 – Levantamento documental acerca da farinha de mandioca na região do Médio Solimões; 2- Levantamento de informações nos sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), www.ibge.gov.br; 3 – Levantamentos documentais e de dados secundários sobre a temática; 4 –Levantamento histórico e documental; **d)Observação:** Consideramos necessária a utilização de observação no desenvolvimento da pesquisa,

pois, possibilitou um contato pessoal e estreito da pesquisadora com o fenômeno a ser estudado. A observação direta e sistemática da realidade favorece o acompanhamento das experiências cotidianas vivenciadas pelos sujeitos, isso ajuda o pesquisador a apreender comportamentos, atitudes, opiniões e sentimentos de grupo/sujeitos responsáveis pela construção da realidade a ser investigada. **d)Entrevista:** apresentou-se como instrumento básico na perspectiva de pesquisa e ajudou a elucidar questões levantadas através da observação. Utilizou-se a entrevista não estruturada incentivando sempre o depoimentos dos entrevistados, sem indução, e levantamentos de dados com cruzamento com os referenciais teóricos dos processos (naturais, sociais e econômicos) da produção, assim como uso de dados oficiais (IBGE).

As categorias teóricas têm como propósito formar um conjunto de elementos para expor o circuito espacial de produção da farinha de mandioca produzida na região do Médio Solimões-AM, bem como suas necessidades de gestão. Para tanto, os fundamentos teóricos aqui expostos se constituem em recursos multidisciplinares para a análise do circuito espacial de produção e suas transformações.

A farinha de mandioca é considerada a base alimentar do homem amazônico, mesmo sendo este produto de baixo teor nutricional (Josué de Castro, Geografia da fome), mas não pode faltar na mesa do índio e/ou caboclo amazônida. É um produto de origem indígena e, que quando se analisa o circuito espacial de produção, percebe-se a utilização de algumas técnicas tradicionais, mesmo que alguns agricultores familiares se utilizem de técnicas mais modernas que viabilizam maior produção em tempo menor.

Portanto, a prática da roça permanece a mesma, considerando que é bem antigo os seus meios de produção, que segundo Martins (2005 p 209): “A história da roça começa na pré história e modificou-se com o passar do tempo com o acréscimo de uma série de componentes”., que considerando o circuito espacial de produção se identifica algumas atividades vinculadas à produção tradicional. Como por exemplo, a derrubada e a queimada, “em que o índio e o caboclo abrem uma clareira dentro da vegetação primária ou em diferentes estágios de sucessão e ateiam fogo” (MARTINS, 2005 p. 209). Esse processo produtivo ainda é presente nas roças nas estradas da Agrovila e Emade, no município de Tefé.

Mas quando se trata da quantidade de produção, percebe-se uma grande diferença entre as áreas analisadas, Santarém e Cruzeiro do Sul possuem um mercado consolidado e amplo, por isso produzido em larga escala, alcançando os mercados de Belém, Manaus e Macapá, enquanto Tefé fica restrito ao mercado local, sendo vendida na Feira do Produtor Rural, ou nas margens da Estrada do Aeroporto, em que o produtor fica a mercê do atravessador. A Tabela 1 mostra que na quantidade produzida e no valor da produção, o município de Tefé ultrapassa a produção dos municípios analisados, situação que pode está atrelada a toda uma produção agrárias, ou seja, enquanto Santarém e Cruzeiro do Sul trabalham uma cultura diversificada, Tefé tem se dedicado a produção da farinha de mandioca como o carro chefe da economia, considerando que os produtos da Feira do Produtor Rural, são provenientes de outros lugares, fora do contexto amazonense. Quando se observa o rendimento médio da produção de mandioca, mesmo que Tefé tenha uma maior quantidade produzida, seu rendimento médio é inferior se comparado a quantidade produzida, valor da produção, área plantada e área colhida dos municípios analisados.

Tabela 1 – Comparação de produção de mandioca nas áreas analisadas

Município	Cruzeiro do Sul- AC	Santarém-PA	Tefé-AM	Medidas
Quantidade produzida	65.000	44.000	98.000	T
Valor da produção	18.005,00	13.200,00	98.000,00	(x 1000) R\$
Área plantada	2.600	4.000	8.310	H
Área colhida	2.600	4.000	8.290	H
Rendimento Médio	25.000	11.000	11.821	Kg/h

FONTE: IBGE

ORG. Autora, 2021.

Tabela 2 – Comparação de preço da farinha de mandioca nas áreas analisadas

Município	Preço Saco 60kg R\$	Preço litro R\$	Preço Kg R\$
Cruzeiro do Sul –AC	200,00	5,00	7,00
Santarém – PA	130,00 a 300,00*	5,00	7,00
Tefé – AM	280,00 a 400,00*	4,00 a 8,00	8,00

*Variação de preço de acordo com o tipo da farinha

FONTE: Pesquisa de campo, 2021

Org. Autora, 2021.

VALOR DA FARINHA DE MANDIOCA NO MUNICÍPIO DE TEFÉ
ÁREA – FIERA MUNICIPAL DE TEFÉ

Nº	VENDEDOR	TIPO/QUALIDADE	Valor por litro R\$	Valor por saca 60kg R\$
01	José	Comum	4,00	280,00
02	João	Comum	4,00	Não informado
03	Joaquim	Amarela Boa	4,00 4,50	280,00 320,00
04	Josefina	Comum Amarela Comum	4,00 2,00	210,00 150,00
05	Joana	Ovinha Ovinha filé Média Ova de GG	7,50 7,5 7,50 4,00	400,00 400,00 400,00 X
06	Josimauro	Comum Média Ovinha Graúda	R\$ 5,00 R\$ 7,80 R\$ 7,50 R\$ 5,00	380,00 400,00 400,00 *1 Proveniente
07	Jairo	Amarela Ovinha Ova média Ova normal Filezinha	5,00 6,00 7,50 6,00 8,00	*2
*1 Sobra proveniente da farinha peneirada				
*2 Produtora e vendedora				

FONTE: Pesquisa de campo

Org.: Autor, 2021

A tabela 2 apresenta a valoração do preço da farinha de mandioca, ou seja, o produto final no circuito de produção. Quando se fala em produto final considera-se a farinha de mandioca pronta para comercialização e consumo. A tabela em questão apresenta dados colhidos em campo nas áreas pesquisadas, percebe-se que há uma homogeneidade nos preços por litro e quilograma, nas áreas de maior produção na Amazônia, havendo somente, uma variação no valor da saca de 60kg. De acordo com as entrevistas, nos dois últimos anos, em Tefé, a farinha de mandioca, tem alcançado um alto valor no mercado local, isso se deve ao momento pandêmico, em que o mundo vive, pois os preços dos produtos alimentícios tem se elevado a cada semana, e com a farinha de mandioca não foi diferente, mas nem por isso o produto faltou na mesa do tefeense.

A tabela 2 está em consonância com a tabela 3 que mostra o valor da farinha de mandioca quanto à qualidade e granulação. Em se tratando de qualidade, a farinha se

destaca pela coloração e tipo de mandioca, quanto a coloração é acrescido um condimento alimentar para dar uma cor mais amarela aos grãos e, quanto ao tipo de mandioca pode ser da branca ou da amarela, desta forma ela se classifica como: comum, amarela e boa (a boa se apresenta com uma variedade de grãos em tamanhos diferentes com pequenos fiapos), que para os consumidores não é de boa qualidade, por não ser bem embolada.

Em Tefé, a farinha de melhor qualidade é classificada em : ovinha, ovinha filé, ovinha norma, ova média e filezinha (Tabela 3). Esta classificação está relacionada à granulação da farinha. Existe por detrás desta produção todo um trabalho artesanal e manual que diversifica o tamanho e a perfeição do grão. A farinha ova também é denominada de farinha do “uarini”, considerando que existe uma técnica de embolamento do grão e o tipo de peneira utilizada para a formatação dos grãos. Todo este processo vai pesar no bolso do consumidor como mostra a tabela 3, uma variação de preço quanto a granulação.

Esta característica vai diferenciar a produção de Tefé se comparada à produção de Santarém e Cruzeiro do Sul, quanto à qualidade. A farinha ova de Tefé é bem apreciada, não só pelos tefeenses, mas por outras pessoas que chegam na cidade (turistas ou não) e provam a farinha que é oferecida nos restaurantes e acompanha o cardápio regional.

Um diferencial observado durante a pesquisa é que a farinha de Tefé não é certificada, sendo vendida na feira em sacos plásticos transparentes de 1 a 5 kg e, com o preço estampado com pincel atômico. Enquanto que a farinha de Santarém e Cruzeiro do Sul obedecem as exigências do mercado, principalmente, quanto a questão da embalagem padronizada, portanto, certificada. Este diferencial está atrelado a um resultado de uma ação conjunta de produção, ou seja, os produtores trabalham em forma de cooperativas, como por exemplo, em Santarém existe a COOPBOA (Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar da Comunidade Boa Esperança), com uma produção anual de 300 toneladas, com 20.790 hectares de áreas plantadas, sendo exportado para o Norte e Nordeste do Brasil.

Esta organização em cooperativas proporciona um desenvolvimento neste setor, tanto em Santarém quanto em Cruzeiro do Sul, uma vez que a organização viabiliza um maior acesso às políticas públicas, com base na Política Nacional da Agricultura Familiar.

Pensar o desenvolvimento regional para o médio Solimões a partir do circuito espacial de produção da farinha de mandioca é agir na organização dos agricultores familiares para o acesso às políticas públicas brasileiras, neste setor, e promover uma ação coletiva entre todas as unidades familiares de produção agrícola para a melhoria da qualidade de produção, para que a farinha de mandioca de Tefé alcance novos mercados e tenha uma produção em larga escala, sempre com base em um planejamento que promova o desenvolvimento regional.

Conclusão

O desenvolvimento regional se concretiza a partir de um planejamento entre o poder público, que se destina às políticas públicas para se efetivarem em diferentes espaços, e poder privado, que articulados possam promover uma qualidade de vida para a sociedade a qual está destinada. Este planejamento deve ocorrer de acordo com a ação de diferentes agentes sociais, que é uma ação conjunta e articulada para a promoção do desenvolvimento socioeconômico e ambiental, este segundo atrelado a sustentabilidade.

Partido deste pressuposto é que se propôs a pesquisa. Uma busca de alternativa que possibilite o desenvolvimento regional e o crescimento econômico do agricultor familiar a partir do circuito espacial de produção da farinha de mandioca, na região do médio Solimões.

Aqui se tem uma discussão sobre desenvolvimento regional para o médio Solimões, mas é necessário um estudo mais aprofundado que permita uma ação mais efetiva do poder público, privado e sociedade civil para um bem comum, que é o desenvolvimento da Amazônia em diferentes dimensões.

Referências Bibliográficas

ARROYO, Mônica. **Circuitos espaciais de produção industrial e fluxos internacionais de mercadorias na dinâmica territorial do estado de São Paulo**. In: Boletim Campineiro de Geografia, Campinas, v.2, n. 1, p. 07-26, fev, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017**. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm. Acesso em: 3 abr. 2019.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome: o dilema brasileiro- pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CHAYANOV, Alexander V. La Organización de La Unidad Económica Campesina. Buenos Aires: **Ediciones Nueva Vision**, 1974.

GIDDENS, Anthony(1991). As consequências da modernidade. São Paulo: Editora Unesp.

JUNIOR, Caio Prado. História Econômica do Brasil. Editora Brasiliense. 1970

MARTINS, Paulo Sodero. Dinâmica evolutiva em roças dos caboclos amazônicos. **ESTUDOS AVANÇADOS 19** (53), 2005. Texto publicado originalmente em VIEIRA, Célia Guimarães et al. (orgs.). Diversidade biológica da Amazônia. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001, pp. 369-384.

MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra. São Paulo: Editora Contexto, 1979.

NEVES, Delma Peçanha. **Agricultura familiar: quantos ancoradouros!** In FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez M. e SUZUKI, Júlio Cesar. **Geografia agrária: teoria e poder**. 1ª ed. –São Paulo: Expressão Popular, 2007.

NEVES, M. F., CASTRO, L. T. O Método para construção de um projeto integrado de negócios sustentáveis. In: Neves, M. F., CASTRO, L. T. **Agricultura Integrada Inserindo pequenos produtores de maneira sustentável em modernas cadeias produtivas**. São Paulo. Atlas. 2010.

MONTEIRO NETO, Aristides. **Desenvolvimento regional em crise: políticas econômicas liberais e restrições à intervenção no Brasil dos anos 1990**. 2005. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **A Agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. – São Paulo: Contexto, 2001. (Caminhos da Geografia)

_____. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani (Org). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.

OLIVEIRA, A. U de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, nº. 43, volume 15, set/dez. 2001, p. 185- 206.

PLOEG, J. D. V. D. Camponeses e Impérios Alimentares Lutas por Autonomia e Sustentabilidade na Era da Globalização. Porto Alegre: **UFRGS Editora**, 2008.

_____.Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto chayanoviano; tradução Claudia Freire. – 1. Ed. – São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; **Editora UFRGS**, 2016.

Projeto Cooperativismo SAF/UFV – Curso 4. Política Pública e Agricultura Familiar, UFV, p. 15, 2018.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo. Atlas, 2008

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**.Edusp, 2008

_____.**Por uma Geografia Nova**.São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado:Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. Editora Hucitec. São Paulo, 1997.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHOR, Tatiana. **Reflexões metodológicas sobre o estudo da rede urbana no Amazonas e perspectivas para a análise das cidades na Amazônia brasileira**. Revista Acta Geográfica. 2011.